

**COMISSÃO EVENTUAL PARA O ACOMPANHAMENTO
POLÍTICO DO FENÓMENO DA CORRUPÇÃO E PARA A
ANÁLISE INTEGRADA DE SOLUÇÕES COM VISTA AO
SEU COMBATE**

1.^a Reunião

2010.01.06

O Sr. Presidente da Assembleia da República (Jaime Gama): - Srs. Deputados, está constituída e foram empossados os Deputados efectivos e suplentes da Comissão Eventual para o Acompanhamento Político do Fenómeno da Corrupção e para a Análise Integrada de Soluções com vista ao seu Combate.

Eram 12 horas e 30 minutos.

Esta Comissão está instituída pela Resolução da Assembleia da República n.º 1/2010.

Como é da praxe, pedia ao Grupo Parlamentar do PS que fizesse o favor de indicar o Presidente.

A Sr.ª Maria de Belém Roseira (PS): - Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PS indica para presidir a esta Comissão o Sr. Deputado José Vera Jardim.

O Sr. Presidente da Assembleia da República: - Peço ao Grupo Parlamentar do PSD para indicar o Vice-Presidente.

A Sr.ª Teresa Morais (PSD): - Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD indica o nome do Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. Presidente da Assembleia da República: - Peço ao Grupo Parlamentar do CDS-PP para indicar o Vice-Presidente.

O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP): - Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do CDS-PP indica o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. Presidente da Assembleia da República: - Portanto, como Presidente, temos o Sr. Deputado José Vera Jardim e, como Vice-Presidentes, os Srs. Deputados Pacheco Pereira e Filipe Lobo d'Ávila, que, não havendo objecção, se consideram eleitos, e a quem peço que se sentem desde já naqueles que irão ser os seus lugares.

Srs. Presidente e Vice-Presidentes, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sobre esta Comissão recai, como sabem, uma grande expectativa.

É uma Comissão constituída por uma Resolução da iniciativa de um partido da oposição, do PSD, que foi aprovada pela Assembleia, sendo composta por parlamentares muito qualificados no tratamento destas matérias, que há longos anos acompanham e acerca das quais têm vindo a expressar, publicamente, a maior das preocupações perante o flagelo da corrupção, quer com iniciativas que têm apresentado no Parlamento e nas intervenções parlamentares, quer em intervenções públicas, designadamente através de muitos escritos e de muita doutrina.

Sobre esta Comissão, que tem um prazo de 6 meses para concluir o seu trabalho, vai recair uma tarefa árdua, pelo que ela vai ter de fazer o escrutínio das iniciativas legislativas pendentes sobre esta matéria ou que vierem a dar entrada no Parlamento. Há diplomas que estão distribuídos a várias Comissões, designadamente à 1.^a Comissão e, portanto, uma das primeiras tarefas da Comissão vai ser a de definir o seu caderno de trabalhos e o seu método de trabalho, que tem a ver com orientações gerais mas também com iniciativas legislativas e com a produção de um trabalho legislativo. É uma Comissão do tipo «comissão de revisão» sobre toda esta área.

Portanto, o que se espera desta Comissão é que, ao fim do seu trabalho, possa não produzir mais um texto sobre sociologia da corrupção

mas um conjunto de medidas legislativas que impliquem alterações ao quadro legal existente, e que isso possa ser feito em tempo útil para poder ser adoptado até ao final da presente sessão legislativa. É esse, aliás, o seu calendário – 6 meses, até Junho –, o que permite ainda deliberar e votar até ao final da sessão legislativa.

Sei que há aqui pessoas muito capazes e muito preocupadas e, aliás, tenho lido por várias vezes o que é transcrito das suas declarações. Refiro-me aos Deputados Vera Jardim e Pacheco Pereira e a muitos outros, pessoas com experiência e conhecimento desta temática e da necessidade de a enfrentar.

O senador e historiador Tácito dizia que quanto mais corrupta é a República maior é o número de leis. Penso que uma das vossas primeiras preocupações será não tanto a de adensar este problema com uma proliferação legislativa sem sentido mas antes procurar ser conciso e ir directamente ao essencial, ouvindo aqueles que, em Portugal, quer na área da Justiça ou da investigação criminal, quer na do Direito Criminal, se têm dedicado e dado contributos sérios sobre esta questão. Não digo contributos mediáticos, digo contributos sérios, profundos e sustentados.

Também estou certo que procurarão cotejar elementos daquilo que é a melhor prática legislativa dos países que respeitamos por, no quadro internacional, terem os melhores resultados em matéria de combate à corrupção.

A Comissão tem também ao seu dispor meios não apenas para ouvir entidades e personalidades nacionais mas também para, se o desejar, se socorrer de distintos especialistas internacionais nesta área e coligir os quadros legais que, nos países modelo, mais eficácia têm demonstrado no combate ao flagelo da corrupção.

Espero, portanto, que, no quadro político existente nesta Assembleia, possa resultar, sobre esta temática, um debate desbloqueado e sem censuras, um debate sério e profundo, e que saia daqui aquilo por que o País anseia, aquilo de que os portugueses precisam para que a nossa sociedade seja uma sociedade de justiça.

No Livro do Êxodo, 23.8, diz-se: «não te deixes subornar, pois o suborno corrompe e cega mesmo os mais espertos e faz com que os inocentes percam as causas.»

Portanto, esta é uma tarefa que desce sobre vós de uma maneira muito premente e estou certo, pelas pessoas que aqui vejo, que a saberão levar por diante com sentido de responsabilidade e com uma resposta efectiva a esta problemática, sem tabus, sem preconceitos, indo onde for necessário para criar um quadro legal que nos ponha na linha da frente dos países que, na Europa e no mundo, têm resultados sobre esta problemática.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Vice-Presidentes, meus ilustres colegas, que muito respeito e apreço, mãos à obra e um bom e proveitoso trabalho, porque o País tem agora os olhos postos em todos vós para resultados nesta área.

Bom trabalho e bons resultados.

Pausa.

O Sr. Presidente (José Vera Jardim): - Srs. Deputados, pedia que ficassem mais um pouco para tratarmos de algumas matérias de organização de que temos de começar a tratar imediatamente.

Pausa.

Srs. Deputados, muito bom dia a todos, votos de bom ano e votos – que também se estendem a mim e à Mesa – de bom trabalho. Tivemos nas palavras do Sr. Presidente um bom incentivo a esta nossa tão difícil mas importante tarefa.

Queria pôr-vos alguns pequenos problemas de organização, que não é por serem pequenos que merecem menos a nossa atenção.

O primeiro é o seguinte: como foi referido pelo Sr. Presidente da Assembleia, estão pendentes nas Comissões, seguindo o processo normal de trabalho da Assembleia, um conjunto de projectos que foram aprovados na generalidade e outros, muito provavelmente, dentro de alguns dias ou no futuro, poderão vir a merecer também alguma aprovação na generalidade. Temos que identificar muito rigorosamente esses projectos.

Já falei com o Sr. Presidente da 1.^a Comissão, que é aquela para onde, em princípio, terão sido enviados mais projectos, que me disse que tinha lá, efectivamente, um conjunto de projectos que tencionava enviar. Respondi-lhe que sim, com certeza, mas que iria pedir a todos os grupos parlamentares que identificassem rigorosamente os projectos que, na sua opinião, foram aprovados na generalidade e devem vir para esta Comissão e não para outras.

Digo isto porque poderá haver um ou outro projecto em que possa haver alguma dúvida. A título de exemplo, refiro um projecto sobre o segredo bancário, da autoria do PCP, que, incluído numa discussão sobre a corrupção, foi aprovado na generalidade. Na minha opinião, cabe ao grupo parlamentar tomar a decisão sobre se quer que ele venha para esta Comissão ou se quer que siga o caminho normal, e isto sobretudo em projectos desta natureza, em que se podem pôr algumas dúvidas porque têm, naturalmente, um direccionamento múltiplo – não trata apenas de corrupção mas de muitas outras coisas.

Portanto, o meu pedido era que, tão depressa quanto possível – esta tarde ainda, se possível –, os vários grupos parlamentares me informassem acerca dos projectos e da comissão para onde foram enviados. Na generalidade dos casos, naturalmente, terão sido dirigidos para a 1.^a Comissão, mas pode haver casos em que tenham ido para outra Comissão.

O segundo ponto diz respeito à marcação dos nossos trabalhos. Visto que a maior parte dos Srs. Deputados que fazem parte desta Comissão tem muitas outras tarefas a desempenhar – tem o seu próprio grupo parlamentar, o seu envolvimento noutras Comissões, o seu envolvimento em direcções de grupos parlamentares, etc. –, teremos que encontrar um dia e hora, em princípio, tendencialmente (pode sofrer alguma alteração, segundo a própria agenda de trabalhos da Assembleia), em que possamos fazer as nossas reuniões.

Não queria fazê-lo desde já porque considero que os Srs. Deputados e respectivos grupos parlamentares devem ver as agendas e os vários interesses em jogo. A única coisa que queria fazer desde já, se possível, era marcar a primeira reunião, visto que temos de aprovar o Regulamento da Comissão. Todas as comissões têm de ter um regulamento e não é por esta ser eventual que deixará de o ter, segundo os usos da Casa, o qual terá de ser aprovado.

Portanto, gostaria de fazer convosco, desde já, o exercício de marcação da primeira reunião.

Pausa.

Sugerem-me amanhã, quinta-feira, ao final da manhã, cerca do meio-dia.

Na quinta-feira há reuniões de grupos parlamentares, mas a reunião é de organização de trabalho e demorará cerca de 1 hora, 1 hora e meia...

Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): - Sr. Presidente, só concordaremos com uma reunião amanhã ao meio-dia se se considerar que essa reunião ocorrerá a título excepcional.

O Sr. Presidente: - Claro! É que na próxima semana será difícil fazermos reuniões, dado que há as Jornadas Parlamentares do PCP.

Portanto, reuniremos amanhã, dia 7, ao meio-dia.

Outra coisa de que queria falar-vos com a devida antecedência é o seguinte: vamos ver se encontramos o tal dia para reunirmos, mas tenho visto algumas dificuldades e sei que os espaços parlamentares estão muito ocupados, pelo que sugiro, a título de ideia, para irem pensando, que, por vezes, façamos reuniões à noite. Sei que há quem não goste de reuniões à noite mas penso que tem de ser, porque se não começamos a emaranhar as coisas e a não avançar. A pior coisa seria começarmos a «patinar.»

Parece-me que terça-feira, à noite, seria um bom dia.

Uma voz: - *Por não ter falado para o microfone, não é possível reproduzir as palavras do Orador.*

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado, também já houve, neste Parlamento, quem aparecesse aqui, para uma reunião, às 8 horas da manhã, o que não é uma hora parlamentar típica...

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): - Os Deputados apareceram e não deviam ter aparecido.

O Sr. Presidente: - Estou inteiramente de acordo consigo!

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): - Sr. Presidente, vou fazer uma sugestão. E que tal terça-feira, ao fim da tarde?

O Sr. Presidente: - Penso que há reunião da direcção do PS. Suponho que costuma ser à terça-feira...

O Sr. Ricardo Rodrigues (PS): - Se for por volta das 18h, 18h 30m...

O Sr. Presidente: - Tinha pensado no fim da tarde, às 18h, 18h 30m, com a possibilidade de irmos até às 20h 30m, 21h.

A Sr.^a Assunção Cristas (CDS-PP): - Sr. Presidente, isso seria a regra?

O Sr. Presidente: - Era a minha intenção.

A Sr.^a Assunção Cristas (CDS-PP): - Sr. Presidente, vinha precisamente sugerir isso, até para que as nossas reuniões «atropelassem» o menos possível a necessária conciliação entre trabalho e vida familiar.

O Sr. Presidente: - É um objectivo muito apreciável, naturalmente.

Portanto, cerca das 18h, 18h 30m, até às 20h 30m... Temos duas horas.

Srs. Deputados, queria ainda fazer-vos o seguinte pedido: temos que agendar os nossos trabalhos. Não estou a propor uma agenda de trabalhos mas parece-me que o lógico será que comecemos por uma série de audições. Parece que o lógico será que comecemos por chamar aqui um conjunto de entidades para serem ouvidas, o que não significa que essas entidades não possam ser ouvidas depois, novamente, numa outra fase do processo.

Gostaria que os Srs. Deputados, já para a reunião de amanhã, fossem pensando em algumas entidades – algumas serão óbvias, naturalmente, outras não o serão tanto – e pensassem sobretudo naquilo que o Sr. Presidente há pouco disse e que também era uma ideia minha, mas para isso teríamos que nos adiantar porque é algo mais difícil de conseguir: entidades externas.

Como sabem, há ONG que se dedicam ao estudo do fenómeno da corrupção, sendo a mais conhecida a Transparência Internacional, que todos deverão conhecer, mas há outras. Há outros grupos que têm feito estudos sobre a corrupção, aliás, incidindo em Portugal, como é o caso do GRECO, do Conselho da Europa. Mas, segundo penso, o GRECO é constituído por técnicos nacionais, indicados pelos governos, que, depois, fazem esse trabalho.

Se os Srs. Deputados me autorizarem, como tenho uma deslocação ao Conselho da Europa no fim deste mês, na minha qualidade de Presidente da Delegação Portuguesa, juntamente com algum dos membros de outro partido, designadamente do PSD, que é o único que tem elementos efectivos, poderia avistar-me com alguém do Conselho da Europa para sondar a possibilidade de o GRECO nos dar também a sua participação.

Assim, gostava que amanhã, se fosse possível, me dissessem se vêem interesse na vinda aqui destas e de outras entidades, naturalmente.

Por exemplo, a França é o único país da Europa que conheço que tem uma instituição parecida com o nosso Conselho de Prevenção da Corrupção, a qual funciona no Ministério da Justiça francês e tem uma longa experiência. Seria um possível convite a fazer, para conhecermos a sua experiência.

Portanto, gostaria que, se possível amanhã – o que não implica que, posteriormente, não possam aparecer outras ideias –, pudéssemos ter uma ideia sobre os primeiros convites a fazer e, sobretudo, quanto a entidades externas cuja utilidade em convocar poderemos ver.

Da minha parte é tudo. Não sei se algum dos Srs. Deputados quer acrescentar alguma coisa ou quer levantar alguma questão.

Pausa.

Não havendo nada mais a tratar, reunimos amanhã, ao meio-dia.

Agradecia que os Srs. Deputados me pudessem indicar, ainda esta tarde, muito rigorosa e concretamente, os projectos dos vossos grupos parlamentares sobre a matéria que foram aprovados na generalidade.

Esta encerrada a reunião.

Eram 12 horas e 55 minutos.